



210
R

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0003658-84.2011.8.17.1590 (278185-5)

EMBARGANTE : MUNÍCIPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : FÁBIO ARRAES DE LIMA
EMBARGADO : EDNALVA PINHEIRO DA SILVA
ADVOGADO : VANESSA MARIA DOS SANTOS
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

III - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30 de ABRIL de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0003658-84.2011.8.17.1590 (278185-5)

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : FÁBIO ARRAES DE LIMA
EMBARGADO : EDNALVA PINHEIRO DA SILVA
ADVOGADO : VANESSA MARIA DOS SANTOS
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Vitória de Santo Antão contra o Acórdão de fls. 186/196, emergente do recurso de Agravo na Apelação nº 278185-5, o qual foi, por unanimidade, desprovido.

O referido acórdão encontra-se assim ementado:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. DIREITO À GRATIFICAÇÃO NATALINA, ÀS FÉRIAS E AO RESPECTIVO ADICIONAL DE UM TERÇO. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

I. O Município é parte legítima para figurar no polo passivo da ação que visa à restituição de descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento do servidor contratado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

II. Consoante o disposto no Decreto 20.910/32, norma específica adotada no âmbito da Administração, nas ações contra a Fazenda Pública, aplica-se o prazo prescricional quinquenal.

III. Independente do disposto em lei municipal, deve-se estender os direitos sociais, tais como férias e adicional de um terço, aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal. Precedente do eg. Supremo Tribunal Federal e do col. Superior Tribunal de Justiça.

IV. De acordo com o art. 167 do Código Tributário Nacional e a Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça, tem-se como termo a quo aplicável aos juros de mora a data do trânsito em julgado da sentença.

V - Nos termos do parágrafo único do art. 21 do Código de Processo Civil, decaindo uma das partes de parte mínima do pedido, a outra responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.

VI - Agravo Legal desprovido.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



212
a

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

2. Em apertada síntese, defende o Município embargante, com o especial fim de integração do julgado e de prequestionamento, que o acórdão supramencionado foi omissivo, ao não acolher a preliminar de ilegitimidade passiva, quanto à ofensa ao disposto no art. 3º do Código de Ritos.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 30 de ABRIL de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

213
R

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0003658-84.2011.8.17.1590 (278185-5)

EMBARGANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : FÁBIO ARRAES DE LIMA
EMBARGADO : EDNALVA PINHEIRO DA SILVA
ADVOGADO : VANESSA MARIA DOS SANTOS
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

III - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a suposta existência de omissão no Acórdão de fls. 186/196, adveniente do julgamento do recurso de Agravo na Apelação nº 278185-5, o Município de Vitória de Santo Antão opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado.

2. Sem nenhuma razão, contudo.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

→



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

214
8

Inexiste qualquer omissão no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, uma vez que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum*, ora recorrido.

3. Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio¹.

A propósito, sabe-se que:

O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos (v. RJTJESP 115/207).

Acerca do tema, o eg. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535)" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno expor lição do prof. Mário Guimarães²:

Não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não.

4. Em verdade, a função dos embargos de declaração deve ser, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição

¹ Nesse sentido, v. STJ, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 17.08.1998.

² MÁRIO GUIMARÃES, *O juiz e a função jurisdicional*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 350.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se assim em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Em outras palavras, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Por essa via, portanto, não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

5. Na espécie, a pretexto da existência de suposta omissão existente no Acórdão de fls. 186/196, os presentes embargos mostram-se interpostos indevidamente, pois estão sendo manuseados com o nítido propósito de rediscutir a lide já apreciada exaustivamente por esta col. Câmara de Direito Público.

6. Posto isso, incorrente qualquer omissão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO OS EMBARGOS, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como VOTO.

Recife, 30 de ABRIL de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator